



CÂMARA TÉCNICA ESPECIALIZADA DE PLANEJAMENTO (CTEP)

Ata da 6ª reunião, realizada em 3 de fevereiro de 2023

1 Em 3 de fevereiro de 2021, reuniu-se ordinariamente a Câmara Técnica Especializada de Planejamento (CTEP)
2 do Conselho Estadual de Recursos Hídricos (CERH), por meio de videoconferência realizada pela Secretaria de
3 Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável (SEMAD), em Belo Horizonte. Participaram os
4 seguintes membros titulares e suplentes: o presidente Thiago Figueiredo Santana, representante da SEMAD.
5 Representantes do poder público estadual: Arnaldo Correia da Silva Filho, da Secretaria de Estado de
6 Desenvolvimento Econômico (Sede); Ana Sílvia Gama Pereira Barbosa, da Secretaria de Estado de Educação
7 (SEE); Carolina Lobello Lorensini, da Secretaria de Estado de Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Seapa).
8 Representantes do poder público municipal: Josias Gomes Ribeiro Filho, da Prefeitura Municipal de Araçuaí;
9 Frederico Arthur Souza Leite, da Prefeitura Municipal de Itabirito; Aparecida Suely Alves de Oliveira, da
10 Prefeitura Municipal de Rio Pomba. Representantes dos usuários de recursos hídricos: Renato Junio Constâncio,
11 da Companhia Energética de Minas Gerais (Cemig); Deivid Lucas de Oliveira, da Federação das Indústrias do
12 Estado de Minas Gerais (Fiemg); Guilherme da Silva Oliveira, da Federação da Agricultura e Pecuária do Estado
13 de Minas Gerais (Faemg). Representantes da sociedade civil: Sylvio Luiz Andreozzi, da Universidade Federal de
14 Uberlândia (UFU); Valter Vilela Cunha, da Associação Brasileira de Engenharia Sanitária e Ambiental (Abes).
15 **Assuntos em pauta. 1) ABERTURA.** Verificado o quórum regimental, o presidente Thiago Figueiredo Santana
16 declarou aberta a 6ª reunião da Câmara Técnica Especializada de Planejamento. **2) EXECUÇÃO DO HINO**
17 **NACIONAL BRASILEIRO.** Executado o Hino Nacional Brasileiro. **3) COMUNICADO DOS CONSELHEIROS.** Não
18 houve manifestações. **4) COMUNICADO DA SECRETARIA EXECUTIVA.** Não houve manifestações. **5) EXAME DAS**
19 **ATAS DA 3ª, 4ª E 5ª REUNIÕES.** Aprovadas por unanimidade as atas da 3ª e 4ª reuniões da CTEP, realizadas em
20 6 de maio e 5 de agosto de 2022, respectivamente, nos termos apresentados. Aprovada por unanimidade a ata
21 da 5ª reunião, realizada em 15 de dezembro de 2022, com a seguinte correção: - Linha 73, onde está escrito “e
22 passe essa complexidade do tema”, substituir por “em face a complexidade do tema”. Votação das atas da 3ª,
23 4ª e 5ª reuniões. Votos favoráveis: Sede, SEE, Seapa, Prefeitura de Araçuaí, Prefeitura de Itabirito, Cemig,
24 Fiemg, Faemg, UFU e Abes. Ausências: Prefeitura de Rio Pomba e Mover. **6) MINUTA DE DELIBERAÇÃO**
25 **NORMATIVA CERH-MG PARA EXAME E DELIBERAÇÃO. 6.1) Minuta de Deliberação Normativa CERH-MG que**
26 **estabelece diretrizes para a criação de áreas prioritárias de conservação de recursos hídricos, sujeitas à**
27 **restrição de uso, com vistas à proteção dos recursos hídricos, dos ecossistemas aquáticos, das zonas de**
28 **recarga dos aquíferos e dos mananciais. Responsáveis: Grupo de Trabalho Áreas Prioritárias/CERH-MG e**
29 **Gerência de Planejamento de Recursos Hídricos (GPLAN/IGAM). Retorno de vista pelos conselheiros Deivid**
30 **Lucas de Oliveira, representante da Federação das Indústrias do Estado de Minas Gerais (Fiemg); Guilherme**
31 **da Silva Oliveira, representante da Federação da Agricultura e Pecuária do Estado de Minas Gerais (Faemg);**
32 **Renato Junio Constâncio, representante da Companhia Energética de Minas Gerais (Cemig); e Carolina**
33 **Gonçalves, representante da Prefeitura de Rio Pomba.** Minuta de Deliberação Normativa aprovada por
34 unanimidade, para encaminhamento à Câmara Normativa e Recursal (CNR), nos termos apresentados pelo
35 IGAM, com as seguintes alterações e adequações apresentadas, debatidas e incorporadas ao texto, por
36 consenso, nesta sessão, conforme descrito a seguir: – Nova redação para o artigo 3º, alterando “decisões de
37 gestão” para decisões de gestão do Comitê de Bacia Hidrográfica: “Art. 3º - As áreas prioritárias de
38 conservação de recursos hídricos deverão ser identificadas e delimitadas no PDRH, preferencialmente por meio
39 de dados secundários, contendo as decisões de gestão do Comitê de Bacia Hidrográfica, para restrições de uso
40 ou medidas de controle e ou manejo.” – Nova redação para o artigo 4º: “Art. 4º - As decisões de gestão dos
41 Comitês de Bacias Hidrográficas relacionadas às restrições ou medidas de controle e ou manejo das áreas
42 prioritárias de conservação de recursos hídricos, apresentadas nos PDRHs, serão aplicáveis às diretrizes de uso
43 e ocupação do solo, ao licenciamento ambiental, a outorga do direito de uso de recursos hídricos e sobre a
44 vazão afluente requerida para manutenção dos ecossistemas aquáticos.” – Inclusão de “outros” no inciso IV do

artigo 5º e substituição de “hidroeletricidade” por “hidroeletricidade e outras formas de geração de energia elétrica na alínea b) do mesmo inciso, ficando a seguinte redação: “IV - Seleção: atividade(s) atingida(s) a) agrossilvopastoril; b) hidroeletricidade e outras formas de geração de energia elétrica; c) indústria e mineração; d) lazer, pesca e turismo; e) saneamento básico; f) transporte hidroviário; g) empreendimentos imobiliários; e h) outros.” – Nova redação para o caput do artigo 7º e supressão do Parágrafo Único, ficando a seguinte redação: “Art. 7º. As diretrizes aqui apresentadas devem ser incorporadas aos Planos Diretores de Recursos Hídricos e, quando necessário, incluídas através de estudo específico prévio à elaboração ou à revisão dos PDRHs.” Votação da minuta de DN com as modificações incorporadas. Votos favoráveis: Sede, SEE, Seapa, Prefeitura de Araçuaí, Prefeitura de Itabirito, Cemig, Fiemg, Faemg, UFU e Abes. Ausências: Prefeitura de Rio Pomba e Mover. **7) ASSUNTOS GERAIS.** Conselheiro Sylvio Luiz Andreozzi: “Eu queria muito aqui registrar um agradecimento ao Grupo de Trabalho, a todas as pessoas que participaram do Grupo de Trabalho durante todo o tempo ou parcialmente. Foi realmente muito educativo ter participado desse grupo. Nós conseguimos discussões profundas, às vezes até longas, mas que deram muita tranquilidade para vir defender o produto. Nós tínhamos certeza de que havia debatido o máximo possível, mas sempre sabendo que alguma coisa nova, alguma coisa diferente pode aparecer, e é bom sempre que colocamos no coletivo. E só lembrando, Renato, as discussões eram do grupo, mas depois vinham para o coletivo, até para que os subgrupos pudessem nos convencer de que aquelas decisões tomadas entravam no âmbito do coletivo mesmo. Então foi muito muita essa participação, muito educativa mesmo, e foi um prazer ter tido a oportunidade de conduzir esse processo. E o mérito maior está na disponibilidade que as pessoas tiveram o tempo inteiro para chegar ao consenso, para trabalhar, defender suas ideias, mas lembrando sempre que existia um objetivo final. E uma coisa que eu acho que é importante frisar, uma discussão que foi a primeira discussão do grupo, que era assim: a norma não obriga nada, não cria nada, ela regulariza aquilo que está previsto na legislação e abre aos Comitês a autonomia total para aplicação dentro daquilo que lhes compete. O nome que era ruim, mas o nome está na lei: ‘área de restrição’. Na verdade, nós até íamos sugerir um novo nome, íamos falar sobre regularização, sobre regime especial, mas, como estava na lei, mantivemos essa nomenclatura, que, a priori, é muito negativa. Mas é importante lembrar que a norma é de regulação de uso. Eu queria agradecer e registrar isso. Obrigado também à Câmara Técnica pela oportunidade de fazer os esclarecimentos e de melhorar, inclusive, o produto vindo do Grupo de Trabalho. Obrigado.” Presidente Thiago Figueiredo Santana: “Nós que agradecemos, professor Sylvio, pela dedicação.” Conselheira Ana Sílvia Gama Pereira Barbosa: “Senhor presidente e demais conselheiros, com relação aos ‘Assuntos Gerais’, eu queria pontuar três questões. Uma que eu acho que está mais ligada a essa questão dos planejamentos. Nós temos vivido no processo de elaboração dos planos de desenvolvimento das Bacias a elaboração também dos Programas de Educação Ambiental. E nesse processo nós tivemos a oportunidade de tratar em dois momentos diferentes, com duas Bacias diferentes, a contratação de uma empresa para fazer o diagnóstico e então propor as ações, a partir do diagnóstico feito na Bacia. Eu queria solicitar ou até ver aqui como que é esse procedimento do monitoramento do trabalho da empresa contratada. Porque uma vez contratada ela apresenta, acredito eu, um Plano de Trabalho, que é aprovado. E a partir daí a percepção que nós tivemos é que a empresa anda só. Nós fizemos enquanto Secretaria de Educação, no âmbito da educação formal, uma série de considerações para a empresa contratada, e infelizmente não foi possível que a empresa atendesse nenhuma delas. Então a minha preocupação é de que a empresa está muito atenta ao plano apresentado, aos prazos – principalmente aos prazos –, mas entendemos que o processo de acompanhamento, o processo da qualidade e até do percentual de participação dessa população deve ser considerado. Então não sei se nós teremos futuramente um momento adequado para discutir, mas é uma consideração que eu acho que nós temos que colocar nos nossos Planos. E que, a partir do momento que se contrata, a responsabilidade não é só da empresa, mas o Comitê deve acompanhar esse processo na questão da qualidade e do percentual de participação.” Presidente Thiago Figueiredo Santana: “Conselheira, só dentro desse item, quais foram as Agências que contrataram esses estudos?” Conselheira Ana Sílvia Gama Pereira Barbosa: “Foi no Ceivap e na Bacia do Rio Pará.” Presidente Thiago Figueiredo Santana: “Eu posso já como o Thiago, não como presidente, mas como diretor de Gestão, pedir que você me encaminhe um e-mail – eu vou pôr meu e-mail no chat – me informando essa situação? E eu acho extremamente positivo que façamos um alinhamento sobre essas estratégias de contratação e acompanhamento e também que os produtos estejam alinhados com uma diretriz de Estado, no caso, de política de educação. Então eu gostaria de solicitar isso a

96 você e me coloco totalmente à disposição para intermediar essas ações com todas as entidades equiparas a
 97 Agência de Bacia. Eu vou colocar meu e-mail no chat aqui e fico à disposição. Pode seguir com o outro item, à
 98 vontade.” Conselheira Ana Sílvia Gama Pereira Barbosa: “Uma outra questão é que nós queríamos pedir um
 99 ponto de pauta na próxima reunião para podermos apresentar o nosso programa ‘Regar: Regular e Educar’, que
 100 é fruto de uma parceria, um termo de cooperação Técnica entre a Secretaria de Educação e a Arsae. Nós
 101 queremos apresentar para os conselheiros o trabalho que vimos desenvolvendo. Nós tivemos um ano de
 102 trabalho e nós vamos para o segundo ano de projeto piloto para depois vislumbrar um aditivo ao nosso termo
 103 de cooperação técnica. E por último eu queria divulgar uma Resolução do Conselho Estadual de Educação, a
 104 Resolução 493, de 12/12/2022, publicada no ‘Minas Gerais’ no dia 31 de dezembro de 2022. Essa Resolução do
 105 Conselho dispõe sobre os pressupostos e diretrizes para a normatização da Educação Ambiental no sistema de
 106 ensino do Estado de Minas Gerais. Aborda tanto a educação básica quanto o ensino superior. E nos traz vários
 107 artigos que proporcionam uma maior integração entre as instituições educacionais e os órgãos, tanto de Estado
 108 quanto privados e sociedade civil, para que consigamos desenvolver uma educação ambiental mais
 109 sistematizada, mais dinâmica e mais apropriada aos territórios.” Presidente Thiago Figueiredo Santana: “Muito
 110 obrigado, conselheira. Extremamente positivos os três itens de socialização conosco aqui. Quero agradecer.”
 111 Conselheiro Josias Gomes Ribeiro Filho: “Bom dia, colegas conselheiros, senhor presidente. Eu represento aqui
 112 as Bacias do Rio Jequitinhonha, pela Prefeitura de Araçuaí, e também do Rio Pardo. Eu já toquei nesse assunto,
 113 mas gostaria de deixar, mais uma vez, registrado e também formalizado. Tem uma situação dramática que nós
 114 estamos vivendo nos municípios de Araçuaí, Itinga e Itaobim, mas tendo como início o município acima de
 115 Araçuaí. Que é a elevada turbidez que está ocorrendo na barragem do Setúbal. O Setúbal é um dos mais
 116 importantes tributários do rio Araçuaí, que por sua vez deságua no Jequitinhonha, cuja foz é em Belmonte, na
 117 Bahia. Foi construída ali em 2010, no último ano do governo Lula, inaugurada em 19 de janeiro de 2010, uma
 118 grande barragem, bastante robusta, com alguns milhões de metros cúbicos, que é a barragem de Setúbal, no
 119 município de Jenipapo de Minas. Então a inauguração foi em 2010, e em 2015 observou-se uma elevada
 120 turbidez da água, que, ao desaguar no rio Araçuaí, torna aquelas águas do rio Araçuaí totalmente turvas,
 121 bastante barrentas. E posteriormente chegam ao rio Jequitinhonha, ainda no município de Araçuaí. Então todas
 122 as cidades a jusante, todos os municípios, acabam com essa água bastante barrenta. Foi uma barragem que
 123 custou, 22 anos atrás, R\$ 200 milhões, totalmente financiados pelo governo federal, inaugurada pelo então
 124 presidente Lula, à época presente no evento, na inauguração. E esse problema, essa barragem, a gestão foi
 125 entregue à época ao Estado – a Seapa, mas também já passou para a Ruralminas –, e nós vivemos esse drama
 126 lá, continuado. As águas passaram a ser inservíveis para uso doméstico. As cidades onde não tem a Copasa e a
 127 Copanor deixaram até de cobrar pelo custo da água tal a gravidade da situação. E os ribeirinhos da zona rural
 128 têm passado por dificuldades muito grandes, porque a água não serve para consumo humano. Não é uma água
 129 contaminada do ponto de vista químico, biológico, necessariamente, mas é de elevada turbidez. Então eu
 130 queria deixar esse registro para que o Estado, o IGAM, a Secretaria pudessem tomar as providências para que
 131 nós possamos mitigar ou resolver definitivamente esse problema bastante grave na Bacia do Rio Jequitinhonha.
 132 Muito obrigado, senhor presidente.” Presidente Thiago Figueiredo Santana: “Conselheiro, o IGAM – só para
 133 nível de resposta e também para o senhor ter essa informação – faz esse apoio e essa ação de fiscalização, e
 134 nós fazemos o acompanhamento desse caso. Assim que houver alguma documentação disponível... Só deixar
 135 claro, conselheiro, que o IGAM faz o acompanhamento desse caso pela Gerência de Segurança de Barragens, de
 136 acumulação de água e infraestrutura hídrica, e assim que houver documentos conclusivos sobre esse
 137 acompanhamento nós disponibilizaremos. Eu acho que é importante dar essa disponibilização. E também fica
 138 aqui a situação registrada para que a conselheira Carolina, da Seapa, possa levar aos seus pares.” Conselheiro
 139 Renato Junio Constâncio: “Eu queria reforçar o pedido do conselheiro Josias, eu conheço a barragem de Setúbal
 140 e a situação. Inclusive, em alguns momentos, em algumas demandas, o pessoal pensa que até a Cemig tem
 141 gestão sobre Setúbal, pessoas desinformadas. E, para fechar, realmente enfatizar aqui novamente, dar os
 142 parabéns para o professor Sylvio na condução do GT, e muito bem discutido aqui na reunião da Câmara
 143 Técnica. E também aos pares do IGAM pelo desenvolvimento da minuta da deliberação. Muito obrigado.”
 144 Conselheiro Frederico Arthur Souza Leite: “Eu também parabeno o Sylvio e todos que participaram do Grupo
 145 de Trabalho. Essa DN vai ser muito importante para nossa região aqui do Alto Velhas. Temos aqui aquíferos
 146 importantíssimos, prioritários para abastecimento do nosso município. Eu queria trazer para o IGAM e os

147 demais conselheiros um assunto que está em pauta aqui na nossa região – nós temos tratado junto à SEMAD e
 148 ao Ministério Público –, que é em relação à estrutura de contenção, a SEJ, que a Vale construiu há alguns anos
 149 sobre o ribeirão Mata-Porcos, que é um tributário aqui do nosso rio Itabirito, que por sua vez é tributário do rio
 150 das Velhas. Passar para os senhores conselheiros que essa estrutura agora está sendo licenciada junto à
 151 Supram, e nós recebemos aqui no município o pedido para declaração de conformidade desse licenciamento,
 152 para que a SEJ funcione como possível contenção, caso venha a acontecer alguma irregularidade com a Mina de
 153 Fábrica. E dizer para os senhores que a nossa intenção é que essa estrutura seja avaliada tecnicamente para
 154 que funcione como um regulador de vazão e não só como muro de contenção. Porque as barragens vão ser
 155 descomissionadas, que seja em seis a dez anos. Mas uma estrutura que está posta lá com gasto de mais de R\$ 1
 156 bilhão, 97 m de altura, 320 m de comprimento e duas ombreiras, pegando os municípios de Ouro Preto e
 157 Itabirito. Além do impacto ambiental com o descomissionamento, que é o planejamento hoje, após o
 158 descomissionamento das barragens, a ideia é que a SEJ também seja retirada. Nós entendemos, com a solidez
 159 daquela estrutura, com o impacto ambiental que já foi feito, que o caminho viável é estudar tecnicamente se
 160 aquela estrutura funciona como um regulador de vazão para o ribeirão Mata-Porcos. E essa análise é
 161 importante não só para o município de Itabirito, porque 40% da contribuição da bacia vem desse ribeirão Mata-
 162 Porcos. Então é óbvio que, se essa estrutura permanecer lá regulando tecnicamente a vazão nas épocas de
 163 cheia, isso vai salvar o centro da nossa cidade, mas esse assunto é prioritário não só para Itabirito, mas para
 164 vários municípios que estão a jusante. Eu me refiro a Rio Acima, Nova Lima, Raposos, Santa Luzia e Sabará.
 165 Dizer para vocês que nós estamos tomando essa iniciativa de conversar com todos os órgãos licenciadores,
 166 deliberativos, a SEMAD, a FEAM, que é responsável pela gestão das barragens, para que a Vale, que hoje é
 167 responsável por operar essa estrutura, nos auxilie no aprimoramento desses estudos para avaliar se
 168 tecnicamente é viável que aquela estrutura funcione como um regulador de vazão. E, se for positiva essa
 169 análise, que possamos avançar, posteriormente, no licenciamento ambiental dessa estrutura como regulador
 170 de vazão do ribeirão Mata-Porcos. Eu queria deixar esse assunto para o IGAM e os conselheiros. E se for
 171 possível uma manifestação do Conselho Estadual de Recursos Hídricos em relação a esse tema vai ser de grande
 172 valia para nós.” Altino Rodrigues/Fórum Mineiro de Comitês de Bacias: “No primeiro momento, eu gostaria, na
 173 pessoa do professor Sylvio, de parabenizar todo o GT pelo produto tão bom, tão qualificado, e digo aqui, que
 174 represento o Fórum Mineiro, que esse assunto não foi levado ao Pleno do Fórum. Entretanto, a coordenação
 175 tomou conhecimento e por isso mesmo pediram para que eu estivesse aqui hoje para colocar a posição do
 176 Fórum Mineiro. Entendemos que esse produto foi excepcional. Entretanto, quando no relato de vista constava
 177 que seria necessário que se fizessem tantas reuniões quanto necessárias para esclarecer, eu confesso que fiquei
 178 preocupado. Principalmente porque o Renato, na menção dele, quando do próprio texto do produto do GT,
 179 falou em ‘futuras’, e pode dar uma característica de muito longa para isso. E aí quando eu vi que a coisa
 180 avançou aqui, com um nível técnico excepcional, demonstrando uma maturidade muito grande por parte de
 181 toda a Câmara e dos membros que participaram do GT, eu falei ‘a coisa aqui vai sair melhor do que
 182 encomenda’. Então quero também parabenizar a Câmara. E só ficou uma pequena dúvida. Porque os outros
 183 pontos já foram abordados, no artigo 5º, na decisão de gestão, mas ficou aqui uma duvidzinha que foi no
 184 artigo 7º e no 8º, quando vincula aos Planos Diretores. Nós sabemos que o Estado também tem um Plano
 185 Diretor. Não ficou específico que seria um Plano Diretor de Comitê de Bacia, isso para mim não teve muita
 186 clareza. Talvez colocar ‘Comitês de Bacia’, como foi colocado acima, no artigo 3º, a ‘decisão de gestão de
 187 Comitês de Bacia’, talvez desse uma maior clareza a essa proposta. Eu havia me inscrito anteriormente, mas
 188 peço desculpas porque não conheço a dinâmica da reunião. Por isso talvez tenha sido aqui agora de maneira
 189 intempestiva colocado. Mas eu gostaria de fazer essa nota. E mais uma vez parabenizá-los e agradecer pela
 190 oportunidade de participar e dizer que o Fórum Mineiro é sempre parceiro nessas discussões, e gostaríamos
 191 sempre de ser convidados a participar nessa linha.” Presidente Thiago Figueiredo Santana: “Obrigado, Altino,
 192 pela participação. Só fazer um esclarecimento. O Estado tem por comum tratar o Plano do Estado como Plano
 193 Estadual, por uma linha geral. Então a vinculação não fica tão direta e fica mais especificada aos Planos de
 194 Bacia. Mas eu vou deixar o Allan, que é o coordenador da área, poder se manifestar.” Allan Mota/IGAM: “Como
 195 está mencionando Plano Diretor de Recursos Hídricos, sempre se remete às Circunscrições Hidrográficas ou as
 196 Bacias, com os Comitês de Bacia. Quando se tratar do nosso Plano ao nível de Estado, nós vamos sempre
 197 chamar de Plano Estadual de Recursos Hídricos. E se for mais amplo, abrangendo mais de um Estado, é o Plano

198 Integrado de Recursos Hídricos. E se for além ainda é o Plano Nacional. Então essa é uma informação
199 importante mesmo para deixar bem claro e é uma coisa boa que o Estado de Minas tem, uma definição muito
200 clara da amplitude de cada um e dos nomes que serão tratados para cada um dos Planos. Com o fechamento
201 do artigo 7º, também dá a oportunidade de que estudos sejam concluídos, contratados e executados antes da
202 revisão do Plano, independente de qual modelo, desde que passe pelo acompanhamento e aprovação do
203 Comitê de Bacia. Ficou bem tranquilo, não há nenhum problema. E já aproveitando eu gostaria de agradecer
204 mais uma vez a todos os membros do grupo, aos membros da Câmara Técnica. Eu acho que é sempre uma
205 contribuição, a construção colaborativa e participativa é a melhor opção, como já vimos aqui e estamos
206 percebendo em todas as normas que viemos discutindo, e acho que vamos fortalecer e conduzir dessa forma
207 cada vez mais. Então agradecer a todos e também à equipe da Gerência de Planejamento de Recursos Hídricos
208 pelo apoio técnico e aos demais membros.” Conselheira Carolina Lobello Lorensini: “Eu só quero manifestar
209 para o Josias que vou levar essa demanda que ele levantou para os responsáveis aqui na Seapa.” Conselheiro
210 Sylvio Luiz Andreozzi: “Agradecer, em nome do Grupo de Trabalho, as manifestações. Os agradecimentos eu
211 assumo ao grupo, porque foi um trabalho coletivo muito legal. Só complementando o que o Allan disse, para
212 ficar bem claro, o artigo 11º da lei é específico para os Planos Diretores dos Comitês de Bacia. Então essa
213 diretriz normativa é para os Planos Diretores dos Comitês. O Plano Estadual não estava incluso no artigo 11º,
214 que é da lei estadual. Ficar bem claro que é da lei estadual que nós estamos falando. E era para regulamentar
215 esse último inciso, que é também específico aos Comitês de Bacia. Então é tranquilo, Altino, para nós estava
216 pacificado isso, não era um ponto de dúvida nem de discórdia.” Allan Mota/IGAM: “Eu me lembrei de um ponto
217 que é importante nós termos em mente. Como a DN está direcionando ao Plano Diretor, aos estudos de revisão
218 a proposta que tem que ser aprovada pelo Comitê, nós discutimos aqui, discutimos também na Plenária do
219 Conselho Estadual, tivemos a oficina no ano passado discutindo sobre os estudos que serão contratados no
220 Plano Estadual de Recursos Hídricos. E lá há um caderno específico direcionado às áreas sujeitas a restrição de
221 uso, conforme a 145 também faz direcionamento ao Plano Estadual. A ideia desse produto é já construir as
222 informações preliminares, buscar identificar, inclusive, a aplicação dessa norma, se ela precisa de ajustes ou
223 não. E a partir dessa documentação entregar as informações ao Comitê. Lógico que faremos tudo em conjunto,
224 mas entregar ao Comitê, não será nada feito e decidido no Plano Estadual, serão informações disponibilizadas
225 ao Comitê para que a partir dali ele possa discutir e verificar a possibilidade de indicação e aprovação dessas
226 áreas para uma possível inclusão no seu Plano Diretor. Então tendo um produto no Plano Estadual vinculado às
227 áreas, mas seguindo toda a competência de cada um dentro do sistema.” Presidente Thiago Figueiredo
228 Santana: “Senhores, não havendo mais inscritos, declaro o item 7 concluído, ‘Assuntos Gerais’, e encerro a
229 nossa reunião agradecendo a participação de todos os conselheiros e convidados que estiveram aqui presentes
230 e principalmente a equipe do Grupo de Trabalho conduzido pelo professor Sylvio e da Gerência de
231 Planejamento do IGAM, pelo produto aqui construído.” **8) ENCERRAMENTO.** Não havendo outros assuntos a
232 serem tratados, o presidente Thiago Figueiredo Santana declarou encerrada a sessão, da qual foi lavrada esta
233 ata.

APROVAÇÃO DA ATA

Thiago Figueiredo Santana
Presidente da Câmara Técnica Especializada de Planejamento